



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

**COMUNICAÇÃO INTERNA N. SELPD/SLSTE/211/2020**

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2020

A Senhora  
**GRAZIELLA MELGAÇO PIRES FURTADO DE MENDONÇA**  
Pregoeira

Ref.: Análise técnica da proposta apresentada pela empresa Santa Fé Serviços Eireli, arrematante do Lote 1 do Pregão Eletrônico nº 23/2019

**Senhora Pregoeira,**

Trata-se de análise técnica das planilhas de custos e formação de preços que acompanham a proposta apresentada pela empresa Santa Fé Serviços Eireli, arrematante do Lote 3 do Pregão Eletrônico nº 23/2019, acerca dos requisitos elencados no edital. A documentação, em formato .pdf e .xls, foi recebida nesta Secretaria, por meio de correio eletrônico, em 06 de agosto de 2020.

As planilhas de custos e formação de preços possuem caráter instrumental no julgamento das propostas e visam a detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, de modo a viabilizar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro durante a execução contratual e a funcionar como parâmetro para resguardar que a Administração efetue uma contratação vantajosa e exequível.

Assim sendo, esclarece-se que esta análise se restringe apenas à averiguação de se os valores informados nas planilhas refletem corretamente os custos envolvidos na contratação, observadas as disposições legais e as condições previstas no edital e nos instrumentos coletivos apresentados. Não se adentrando, pois, no mérito jurídico da proposta apresentada pela empresa, nem na avaliação dos índices estatísticos utilizados e da adequação aos preços de mercado dos custos que compõem a proposta.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

A proposta de preços apresentada pela empresa Santa Fé Serviços Eireli, datada de 09/06/2020, no valor global anual de R\$ 1.760.480,73 (um milhão, setecentos e sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e três centavos), foi instruída com 41 planilhas de custos e formação de preços individuais (conforme modelo do Anexo III do Termo de Referência), referentes a 44 postos de trabalho nas localidades especificadas no edital para o Lote 3 (Sul de Minas e Zona da Mata), com indicação dos sindicatos, das convenções coletivas e as respectivas datas bases e vigências e da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Foram também apresentados os seguintes documentos, que serviram de base para a análise:

- Planilha de cotação (Anexo III do edital), com discriminação de valor global mensal e de valor global anual da proposta;
- Convenção Coletiva de Trabalho MG002209/2019 (SINTAPPI-SINSERHT);
- Discriminação (quantitativo e especificação), em planilha apartada, dos custos com EPIs, uniformes e materiais de limpeza (subitem 8.5.3.4 do edital);
- Demonstrativo dos valores das tarifas de vale-transporte e das alíquotas de imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) utilizados na proposta;
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, que comprova o código CNAE da atividade econômica principal (subitem 8.5.3.7 do edital);
- Tela de consulta ao FAPWeb, do sítio do Ministério da Economia (subitem 8.5.3.5 do edital);
- Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS, relatório da GFIP/SEFIP, competência 05/2020 (subitem 8.5.3.5 do edital);
- Planilha demonstrativa de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS (conforme modelo disponibilizado);
- Cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta (Anexo XXII do termo de referência);



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

- Decretos Municipais com alteração do valor do vale transporte (Barbacena – Decreto Municipal nº 8.519 de 13/09/2019; Cataguases – Decreto nº 5.098/2019 de 26/04/2019; e Pouso Alegre – Decreto 4.953 de 27/12/2018).

Após exame e interpretação dos documentos acima listados, apresentam-se as seguintes considerações a respeito das planilhas de custos e formação de preços apresentadas:

**1.1.** A proposta foi apresentada conforme disposições da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) MG002209/2019, firmada entre SINTAPPI-MG e SINERHT-MG.

Importa esclarecer que não compete a esta Unidade analisar o mérito a respeito do enquadramento sindical dos proponentes, tampouco aceitar ou contestar o instrumento coletivo utilizado na elaboração das planilhas de custos e formação de preços das propostas. Assim, a presente manifestação se limita à conformidade dos valores apresentados de acordo com os instrumentos coletivos dos sindicatos aos quais a empresa arrematante reputa estar vinculada, sujeitando-se às penas da lei caso o faça de forma incorreta.

Isso porque, consoante entendimento do Acórdão TCU nº 1097/2019 - Plenário, na elaboração de sua proposta, o licitante poderá utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (subitem 1.6 do Anexo IX do Termo de Referência).

De todo modo, verificou-se que a arrematante apresentou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, que informa o código CNAE 78.30-2-00 (Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros) como atividade econômica principal, bem como alteração do contrato social, datada de 08 de maio de 2020, registrada perante a



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), notadamente quanto ao objeto social da empresa que passou a ser discriminado como: “fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador braçal e auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem e manutenção predial”.

Já no parágrafo único da Cláusula Trigésima da CCT MG002209/2019, que dispõe sobre a abrangência da convenção, confirma-se que “esta convenção coletiva de trabalho se aplica as empresas de prestação de serviços terceirizados de acordo com a Lei 13.467/17, bem como aos trabalhadores por ela contratados para prestar serviços a terceiros”.

Por sua vez, entende-se que a temática carece de análise jurídica mais detida, no que se refere aos preceitos de unicidade sindical, uma vez que a arrematante atualmente mantém dois contratos vigentes neste Órgão (Contratos nº 14SR021 e nº 15SR017), cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, conservação e copeiragem, nos quais são observadas as disposições de instrumentos coletivos firmados por outros sindicatos.

**1.2.** O Seguro Acidente do Trabalho (item 2.2 C) foi cotado no percentual de 2,11%, o que corresponde à multiplicação do RAT (Risco Ambiental de Trabalho) no percentual de 2,00% e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) no valor de 1,0538.

**1.3.** Os custos indiretos (item 6 A) foram cotados no percentual de 2,00% para todos os postos de trabalho.

**1.4.** O lucro (item 6 B) foi cotado no percentual de 1,20% para todos os postos de trabalho.

**1.5.** As alíquotas de PIS e de COFINS foram apresentadas de acordo com o regime de apuração não cumulativa, com percentuais de 1,28% e 5,92%,



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

respectivamente, que representam a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta.

Considerando as análises realizadas, tendo em vista que erro no preenchimento da planilha não será motivo de desclassificação da proposta, quando puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado (subitem 9.8 do edital), recomenda-se a realização de diligência junto à arrematante para sejam ajustadas suas planilhas de custos e formação de preços e/ou apresentadas justificativas/comprovações em relação às inconsistências apontadas:

**2.1.** Não foi observada a manutenção de duas casas decimais no valor unitário do objeto contratual (subitem 8.5.1 do edital). Para tanto, deve ser utilizada a função “ARRED” no Excel em todos os valores inseridos nas planilhas, notadamente aqueles do Módulo 01 – Composição da Remuneração e do Módulo 5 – Insumos Diversos.

**2.2.** Indicou-se 01/01/2019 como data-base de todas as categorias, o que está em desconformidade com o instrumento coletivo indicado na proposta. Conforme Cláusula Primeira da CCT MG002209/2019, a data-base da categoria é fixada em 01º de abril.

**2.3.** Nos “Dados complementares para a composição dos custos referente à mão-de-obra”, indicou-se incorretamente a quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) nos postos de Servente 44h + GAF e Servente 44h + Insalubre da localidade de Pouso Alegre/MG.

**2.4.** Foi incluído, na Composição da Remuneração (Módulo 01), o custo com “Acúmulo de Função - 12% sobre salário-base” (item 1F). No entanto, inexistente na legislação ou no instrumento coletivo utilizado na proposta a garantia do caráter remuneratório de tal parcela.

Conforme §1º do art. 457 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017, integram o salário apenas a importância fixa estipulada, as gratificações



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

legais e as comissões pagas pelo empregador. Portanto, por não se tratar de gratificação legal e não haver disposição negociada em contrário, não haverá reflexos em outras parcelas, isto é, quando paga, terá natureza indenizatória. Esse é o entendimento consolidado em parecer jurídico da então Assessoria de Análise Jurídica da Diretoria-Geral deste Tribunal no Processo e-PAD nº 4.716/2019.

Assim sendo, a referida gratificação, quando ajustada para os postos de servente que cumularão as tarefas de limpeza e conservação com tarefas de copeiragem, não deverá integrar a Composição da Remuneração, mas sim os Benefícios Mensais e Diários (submódulo 2.3) na planilha de custos e formação de preços.

**2.5.** Identificou-se divergência entre o FAP informado nas planilhas (item 2.2 C), no valor de 1,0526, e aquele constante na documentação apresentada, no valor de 1,0538.

**2.6.** Foi utilizada estimativa de 22 dias úteis para fins de cálculo do custo com Auxílio-alimentação (item 2.3 B), que difere da estimativa de 20,83 dias úteis utilizada no cálculo do custo com Transporte (item 2.3 A).

Conforme parágrafo segundo da Cláusula Nona da CCT MG002209/2019, “as empresas concederão aos demais empregados/trabalhadores terceirizados de toda categoria auxílio alimentação através de vales-refeição/alimentação ou em dinheiro no valor de R\$16,00 (dezesesseis reais) por dia efetivamente trabalhado”.

**2.7.** O seguro de vida (item 2.3 D) foi cotado no valor de R\$ 1,43 para todos os postos. Para efeito de comprovação de exequibilidade do preço ofertado (subitem 9.5 do edital), recomenda-se a apresentação de apólice de seguro de vida em grupo contratado nos termos do instrumento coletivo indicado na proposta.

**2.8.** Utilizou-se fórmula que inclui a contribuição social de 10%, extinta pela Lei nº 13.932/2019, a partir de 01º/01/2020, no cálculo da multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (item 3 C) e da multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalho (item 3 F), nos postos de Porteiro (exceto na localidade de Alfenas/MG), tendo sido cotados os percentuais de 0,23% e 4,77% respectivamente.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

Conforme preconiza o Anexo IX do Termo de Referência, a multa do FGTS sobre Prévio Indenizado se trata do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS (40%) (Art. 18 da Lei nº 8.036/90). Incidirá sobre a alíquota de 8% do FGTS, aplicado sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando a probabilidade de 5% dos empregados, por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado.

$$\text{Cálculo} = 40\% \times 8\% [1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12] \times 5\% = 0,19\%$$

No caso da multa do FGTS sobre Prévio Trabalhado, trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS (40%) (Art. 18 da Lei nº 8.036/90). Incidirá sobre o recolhimento do FGTS (8%), aplicado sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando os 100% dos funcionários que serem demitidos ao final do contrato.

$$\text{Cálculo} = 40\% \times 8\% [1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12] \times 100\% = 3,82\%$$

Nesse caso, é necessário ajuste ou apresentação de justificativas para as alterações realizadas (subitem. 1.4 do Anexo IX do Termo de Referência).

**2.9.** Foi utilizada proporção de mulheres no percentual de 90%, para fins de cálculo do custo com Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade (item 4.1 E), em todos os postos, inclusive no de porteiro, cujo histórico indica ocupação predominante por empregados do sexo masculino, e no de auxiliar operador de carga, para o qual, nos termos do art. 390 da CLT (referenciado no Anexo IX do Termo de Referência), fica vedada a contratação de mulher, por demandar força muscular superior a 20 (vinte) quilos para trabalho contínuo ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional.

**2.10.** Não obstante tenha sido apresentada a composição discriminada dos custos com Uniformes (item 5 A), em planilha apartada (subitem 6.9.6 do edital), por posto de trabalho, para modelagens feminina e masculina, os valores utilizados nas planilhas individuais correspondem a apenas ao valor mensal dos uniformes da modelagem masculina. Considerando que foram definidos, para a futura contratação, conforme Anexo X, uniformes diferentes para a versão masculina e feminina de algumas categorias



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

profissionais, necessário utilizar média entre os valores por gênero na proporção estimada do quantitativo de trabalhadores de cada sexo, de acordo com a realidade da empresa.

**2.11.** Identificou-se, na composição discriminada dos custos com Material de Limpeza (item 5 B), em planilha apartada (subitem 6.9.6 do edital), que alguns itens foram cotados em quantitativo inferior àquele estimado no Anexo IV do Termo de Referência, quais sejam: Água sanitária, Álcool etílico, Desinfetante, Flanela, Pano de chão, Papel Higiênico, Papel Toalha, Sabonete Líquido Hidratante, Saco de lixo 20 litros (azul), Saco de lixo 100 litros 0,05 (preto) e Saco de lixo 100 litros 0,07 (preto), Balde 10L/12L, Balde 20L, Borrifador 500ml, Desentupidor de pia, Desentupidor de vaso, Escova de Madeira e Mangueira de borracha.

Dessa forma, embora tenha sido apresentada a declaração de ciência e concordância das condições do edital e seus anexos, rememora-se que, entre as obrigações da contratada, está a de arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 (subitem 11.1.41 do edital).

Assim, para efeito de comprovação de exequibilidade do preço ofertado (subitem 9.5 do edital), recomenda-se obter junto à arrematante a declaração formal de que esta se obriga a fornecer todos os materiais de limpeza indicados no edital, além de outro(s) que se fizer(em) necessário(s) para a prestação dos serviços, nos quantitativos adequados para o atendimento da demanda das unidades deste Tribunal (subitem 1.6 do Anexo IV do Termo de Referência), posto que a estimativa dos quantitativos de materiais de limpeza a serem fornecidos e dos respectivos preços cotados é de sua responsabilidade (subitem 1.5 do Anexo IV do Termo de Referência).

Apesar de não haver vedação legal para tanto (Acórdão TCU nº 325/2007 – Plenário) e tal fato isolado não conduzir necessariamente à inexecutabilidade da proposta (item 9.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017), cabe ressaltar que os custos





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

indiretos (item 6 A) e o lucro (item 6 B) cotados (2,00% e 1,20%, respectivamente) mostram-se consideravelmente inferiores aos percentuais adotados como parâmetro para o orçamento estimado da contratação (3,00% e 6,79%, respectivamente).

Exposto isso, ressalta-se a previsão editalícia de que é de exclusiva responsabilidade da licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo a licitante alegar posteriormente desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento da Planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

Feitas as considerações cabíveis, coloca-se à disposição para prestar eventuais esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Pedro Lamounier de Carvalho.

**PEDRO LAMOUNIER DE CARVALHO**  
Secretário de Liquidação e Pagamento de Despesas